



A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

e os níveis de condução da guerra

Mauro Cezar de Campos Paranhos*

Por muito tempo, o processo que resultou na Independência do Brasil foi qualificado como uma “separação amigável”, pois já existiria uma “ideia pré-existente de identidade nacional” antes do 7 de setembro de 1822. Contudo, esta visão tem sido revista por diversos historiadores, pois a adesão à proclamação de D. Pedro não foi automática em todas as províncias do Reino do Brasil. Em boa parte delas, foi necessário a continuação da política por outros meios, conforme preconizou Carl Von Clausewitz.

A nossa Guerra de Independência ocorreu em menos de dois anos, mas envolveu milhares de brasileiros e portugueses (muitos lutando pela nossa causa), centenas de mercenários e recursos de grande monta, resultando em milhares de mortos e feridos, além da obrigação de altos pagamentos indenizatórios a

Portugal e de custosos empréstimos feitos no Reino Unido. Foi à custa desse sacrifício que conseguimos a nossa independência e a manutenção de nossa integridade territorial.

O foco deste artigo é correlacionar os principais fatos políticos e militares da Guerra de Independência com os níveis de condução da guerra preconizados na publicação *Manual de Estratégia Operacional da Escola de Guerra Naval* (EGN-601 Volume I-Ostensivo), utilizando para isto o que ocorreu na Bahia, pois, em função de sua importância, o resultado das ações nesta região foi fundamental para as demais. Agradeço desde já a ajuda do CMG (Refº-FN) José Claudio da Costa Oliveira, prezado companheiro de turma e ex-instrutor da Escola de Guerra Naval (EGN), pela orientação sobre os conceitos do manual acima citado.

Muitas batalhas contra as tropas portuguesas aconteceram na Bahia. A obra *O Primeiro Passo para a Independência da Bahia*, do artista Antônio Parreiras, retrata o início do levante dos baianos contra os portugueses



Em 1822, as províncias do Reino do Brasil, como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tinham realidades muito distintas. A região mais importante do Reino ficava entre a costa de Pernambuco e a do Rio de Janeiro, com ramificações para Minas Gerais e São Paulo, pois era onde se situavam a base econômica, os órgãos governamentais e a maior parte da população. No Nordeste, as cidades de Salvador e Recife, por suas posições estratégicas, tinham papel preponderante nas comunicações marítimas e escoamento de exportações, sendo a Bahia ainda a província mais importante econômica e militarmente. O Piauí era um importante fornecedor de carne para o Nordeste e controlava os acessos interiores ao Maranhão.

Quanto à diferença entre portugueses e brasileiros, apesar de existente a época, inicialmente não foi fundamental para formar uma identidade nacional e impulsionar a nossa independência. Pela proximidade relativa com o Rio de Janeiro, centro de poder político do Reino do Brasil, esta identidade avançou mais rapidamente na região Centro-Sul. No Norte-Nordeste a evolução foi mais lenta, heterogênea nos diferentes setores da sociedade, sendo influenciada por diversos fatores econômicos e pela facilidade de comunicações com as Cortes em Lisboa. A posse da Cisplatina e do Grão-Pará significava o controle do acesso às províncias interiores e ao oeste de São Paulo.

Conforme o EGN-601, os níveis de condução da guerra são o Político, o Estratégico, o Operacional e o Tático. O Nível Político estabelece os objetivos políticos, orienta e conduz o processo global da conquista ou da manutenção destes objetivos e decide sobre o emprego das Forças Armadas, de forma integrada com as demais expressões do poder nacional. Ele é básico para que todos os outros possam ser efetivos.

No nosso caso, a criação do Nível Político começou logo após o retorno de D. João VI para Portugal, em 26 de abril de 1821, como consequência da Revolução do Porto de 1820. Contudo, o processo se acelerou a partir de 29 de setembro de 1821, quando as Cortes de Lisboa expediram diversos decretos sobre o Reino Unido do Brasil, restringindo a sua autonomia política, alterando a or-

ganização militar e determinando o retorno imediato do Príncipe Regente a Portugal. Tais decretos provocaram grande agitação popular e política no Rio de Janeiro e em algumas províncias, especialmente na Bahia.

Em 9 de janeiro de 1822, conhecido como o “Dia do Fico”, D. Pedro repudiou a intimação das Cortes, iniciando assim uma disputa política que redundaria, inicialmente, numa guerra civil, mas que logo se tornaria uma guerra aberta contra Portugal. No Rio de Janeiro, as tropas portuguesas da chamada Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, eram um obstáculo às pretensões de D. Pedro. Em 11 de janeiro de 1822, tropas regulares, milícias e populares leais a D. Pedro se concentraram no Campo de Santana, começando o confronto contra Avilez. Vendo a mobilização, este decidiu posicionar suas forças no Morro do Castelo, sem levar provisões suficientes e sem contar com fontes de água no local. A determinação do Príncipe Regente surpreendeu Avilez, que concluiu estar politicamente derrotado e com poucas opções militares.

Em 16 de janeiro de 1822, D. Pedro nomeou novo Gabinete, com José Bonifácio de Andrada e Silva como Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. Em 15 de fevereiro de 1822, Avilez embarcou de volta para Portugal, mesmo dia em que Minas Gerais aderiu ao partido “brasileiro”, sendo que São Paulo já havia aderido desde o final de 1821. Entretanto, em 9 de março de 1822 surgiu na barra do Rio de Janeiro uma esquadra conduzindo tropas portuguesas comandada pelo Brigadeiro Francisco Maximiliano de Souza, que deveriam substituir as da Divisão Auxiliadora. A esquadra, por ordem de D. Pedro, foi impedida de entrar na baía pelas fortalezas que a defendiam, retornando para Portugal.

A partida das tropas de Avilez e dos navios com as tropas de Francisco Maximiliano pode ser considerada o início da consolidação do Nível Político, pois D. Pedro e seus conselheiros puderam fazer as articulações necessárias para obter o apoio de províncias indecisas no Nordeste e firmar o apoio con-



**Tenente-General Jorge de Avilez,
Comandante das tropas portuguesas
no Rio de Janeiro**



No episódio que ficou conhecido como o "Dia do Fico", D. Pedro I declarou publicamente que ficaria no Brasil, apesar da pressão que as Cortes Portuguesas faziam para o seu retorno a Portugal

quistado na Região Sul, sem o perigo de graves ameaças ao centro do poder político no Rio de Janeiro. E mais, puderam também conduzir posteriormente os contatos internacionais para obter os meios necessários para formar um Exército e uma Marinha nacionais. A convocação da Assembleia Geral Constituinte para o ainda Reino do Brasil, em 19 de junho de 1822, possibilitou a D. Pedro emitir, em 1º de agosto, o decreto que “declarava inimigas as tropas mandadas de Portugal sem o consentimento do Regente”. Cinco dias depois, outro decreto, dirigido às “Nações estrangeiras”, procurava legitimar os atos de D. Pedro e pedia que outros Estados reconhecessem a independência política do Brasil perante as Cortes Portuguesas e enviassem representantes diplomáticos para o Rio de Janeiro. Estes dois fatos consolidaram de vez o Nível Político que atuaria na Guerra de Independência, representado principalmente pelo próprio D. Pedro e por José Bonifácio de Andrada e Silva, além da Princesa Maria Leopoldina da Áustria, esposa de D. Pedro.

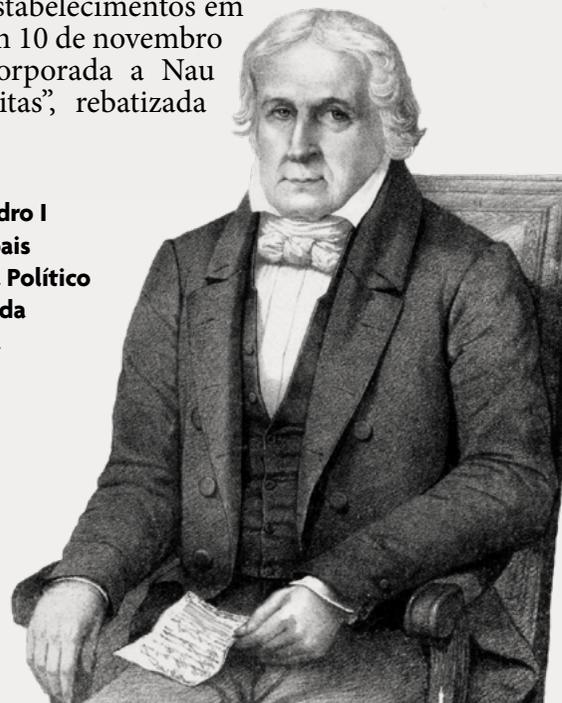
Em relação ao Nível Estratégico, o EGN-601 afirma que ele traduz a decisão política para a

expressão militar e orienta o emprego das Forças Armadas, visando à consecução ou manutenção do objetivo fixado pelo Nível Político. Assim, após o 7 de setembro, podemos supor que o nosso Objetivo Político tenha sido o seguinte: obter a emancipação política total de Portugal e a manutenção da integridade territorial do Império. Ou seja, esta seria a situação política a ser alcançada, definida no EGN-601 como o Estado Final Desejado (EFD), permitindo ligar os objetivos políticos aos objetivos operacional e tático. Em função da então estrutura político-administrativa-militar, também é lícito supor que o Nível Estratégico era inicialmente formado pelo próprio D. Pedro, por José Bonifácio, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Somente em 28 de outubro de 1822 o Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira, futuro Visconde do Cabo Frio, foi nomeado como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, permanecendo no cargo até o final do conflito com Portugal.

Grande número dos decretos de D. Pedro entre janeiro de 1822 e agosto de 1823 foram relacionados com a organização, o equipamento, o armamento e o treinamento das forças terrestres e navais. Estas últimas, em junho de 1822 contavam somente com duas fragatas e duas corvetas, além de alguns brigues, escunas, navios-transporte e canhoneiras. Havia também um Batalhão de Artilharia da Marinha, antecessor do atual Corpo de Fuzileiros Navais, servindo em navios e estabelecimentos em terra. Somente em 10 de novembro de 1822 foi incorporada a Nau “Martim de Freitas”, rebatizada



Maria Leopoldina, D. Pedro I e José Bonifácio: principais representantes do Nível Político de condução da Guerra da Independência do Brasil



como “D. Pedro I”, data considerada como a de criação da Esquadra Brasileira.

E quais poderiam ter sido os objetivos estratégicos estabelecidos para a consecução do objetivo político já citado? Conforme o EGN-601, a Estratégia Nacional do Poder Executivo estabelece a finalidade da guerra, ou seja, o EFD, e a expressa em forma de Objetivo Estratégico Militar (OEM), que representa a finalidade da guerra sob o ponto de vista militar. Por conseguinte, podemos inferir que o OEM estabelecido pelo Nível Estratégico de então tenha sido: criar as condições militares necessárias para que a Independência do Brasil seja reconhecida por Portugal, mantendo a nossa integridade territorial.

Ao Nível Operacional cabe planejar e conduzir as operações militares num Teatro de Operações (TO), podendo ser estabelecidos mais de um TO dentro de um determinado Teatro de Guerra (TG). O Comandante Operacional, a partir dos objetivos políticos e do OEM, estabelece os Objetivos Operacionais (OO) em relação aos quais será desenvolvido o esforço militar, mediante uma série de operações, como parte de uma campanha. Quanto ao TG, o MD35-G-01 – GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS 5ª Edição (2015) o define como todo o espaço geográfico – terrestre, marítimo e aéreo – que seja ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra. Assim, é lícito supor que um TG na Independência incluiria todas as províncias, desde a foz do Amazonas até a Cisplatina, além da porção do Oceano Atlântico que banhava as referidas províncias. Por conseguinte, em função da situação existente no Brasil à época, teríamos os seguintes TO: Teatro de Operações da Bahia, Teatro de Operações do Maranhão-Piauí-Pará e Teatro de Operações da Cisplatina.

Considerando a organização e a doutrina militar da época, a luta contra os portugueses na Bahia, mesmo em sua fase de guerra aberta, foi levada a cabo sem uma coordenação central, ou seja, não houve a designação formal de um Comandante de TO (COMTO) que estabelecesse os OO. Entretanto, desde agosto de 1822 e, principalmente, depois de fevereiro de 1823, o Nível Estratégico passou a coordenar de alguma forma os esforços contra os portugueses



O Comandante Luiz da Cunha Moreira formou, juntamente com D. Pedro I e José Bonifácio, entre outros, o Nível Estratégico

na Bahia, nomeando inicialmente um comandante único para as forças terrestres (General Pierre Labatut), além de trazer tropas de outras províncias e fornecer os meios necessários para a vitória em terra e no mar, suprimindo em parte a ausência de um COMTO.

Com base na premissa de que o OEM tenha sido o mencionado anteriormente e considerando que o OO poderá ser tangível ou intangível, acreditamos que o principal OO no TO BAHIA seria: as forças terrestres e navais dos portugueses na Bahia. Assim, a missão de um COMTO BAHIA poderia ser: derrotar as forças terrestres e navais portuguesas na Bahia, a fim de contribuir para a criação das condições militares necessárias para que a Independência do Brasil seja reconhecida por Portugal, mantendo a nossa integridade territorial.

Após a Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822) e, principalmente, depois dos combates de 7 e 8 de janeiro de 1823 na Ilha de Itaparica, as forças portuguesas perderam a iniciativa, a capacidade de romper o cerco a Salvador e praticamente o controle sobre a Baía de Todos os Santos. Contudo, o nosso OO ainda não tinha sido atingido, pois os portugueses ainda possuíam uma força de combate considerável. A chegada no TO da Esquadra Brasileira, comandada pelo Primeiro Almirante Thomas Cochrane, promoveu o desequilíbrio entre as forças combatentes, sendo que a ação decisiva de Cochrane não se deu apenas pela presença da Esquadra Brasileira, mas também pelo seu conhecimento e experiência, pois no primeiro combate com os navios do Almirante português João Fe-



Almirante Thomas Cochrane, Comandante do TO BAHIA

A Flotilha Itaparicana

Obra do Almirante Trajano
Augusto de Carvalho



lix, em 4 de maio de 1823, enfrentou grandes dificuldades, por causa de sua inferioridade de meios e pela revolta de parte dos portugueses que guarneciam nossos navios. Assim, teve que recuar para a região de Morro de São Paulo onde estabeleceu uma Base de Operações, recebeu reforços, organizou seus meios, treinou seus subordinados e passou a fustigar as linhas de suprimentos do inimigo, sem aceitar um combate decisivo, pois tinha inferioridade no número de navios. Sua ação afetou a cadeia logística e o moral dos portugueses, sendo decisiva para a vitória final.

Em decorrência dos esforços terrestres e navais brasileiros, o General Madeira de Melo evacuou Salvador em 2 de julho de 1823, sendo os portugueses transportados em cerca de 85 navios, dos quais dezessete eram navios de guerra. A campanha no TO BAHIA terminara, permitindo a liberação de recursos materiais e humanos fundamentais para a vitória nos demais TO.

A Guerra de Independência só terminou oficialmente com o reconhecimento do Brasil por Portugal, em 29 de agosto de 1825, e seu resultado se deve em muito ao esforço das lideranças políticas de então, que proveram o Império não só dos meios de toda ordem necessários para a vitória final, como também conseguiram o apoio da parte da população que, apesar de insatisfeita com Portugal, não estava alinhada automaticamente com a causa “brasileira”. Dentre elas, avultam as figuras de D. Pedro, José Bonifácio e Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, futuro Marquês de Barbacena.

A despeito dos conceitos do EGN-601 não existirem em 1822/1823, fica claro que foi a

conjunção de esforços terrestres e navais, visando a um propósito maior, que levaram à vitória no TO BAHIA e, por conseguinte, nos demais TO. A vitória em terra sorriu para quem obteve ao final o domínio do mar, reforçando o pensamento de Sir Julian Stafford Corbett quanto ao propósito da obtenção do domínio do mar na maioria dos conflitos entre Estados: contribuir para a definição dos combates em terra. ■

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Armando Senna – A Marinha e o Bicentenário da Independência: Revista Marítima Brasileira nº 138- Julho-Setembro, 2018.
- BRASIL, Manual de Estratégia Operacional - EGN-601. Volume I. Ostensivo: Escola de Guerra Naval. – Rio de Janeiro, 2012
- BRASIL, Glossário das Forças Armadas- MD35-G-01:Ministério da Defesa, Brasília, 5ª Edição, 2015
- CLAUSEWITZ, Carl Von. On War: Hertfordshire: Wordsworth, 1997
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. 7 de setembro de 1822: Independência do Brasil: Revista do Clube Naval - nº 399- Julho-Agosto-Setembro, 2021.
- GUEDES, Max Justo. A Marinha nas Lutas da Independência. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 298, janeiro-março de 1973. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20>
- NETO, Hélio Franchini. Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823): Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade de Brasília- 2015
- PERTUSIO, Roberto Luis. Estratégia operacional. 3ª Edição. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval, 2005. 223 p.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida- A Arte da Estratégia: Revista Marítima Brasileira – volume 141 n. 10/12 outubro/dezembro, 2021

* Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)